

# ARGENTINA

Em 6 de setembro de 1930, a Argentina sofria o primeiro golpe militar de sua história. Serão muitos daí para diante.

Seu líder, o **General Uriburu**, contou inicialmente com total adesão dos partidos conservadores e com a simpatia de dissidentes da União Cívica Radical – os antipersonalistas –, dos socialistas independentes e da Federação Universitária Argentina.

Não custou para que Uriburu mostrasse claramente suas concepções corporativistas (fascistas), antiliberais, anticomunistas e antisemitas.

Já, quatro dias após assumir, fuzilou um operário catalão, e, em fevereiro de 1931, fuzilou dois anarquistas. Ativou um setor especial da polícia para perseguir comunistas e anarquistas.

O radicalismo, então, reorganizou-se, conseguindo um acordo entre as correntes yrigoyenistas e seus rivais, os antipersonalistas.

Pensando em obter legitimidade eleitoral, Uriburu convocou eleições apenas provinciais, em que pensava derrotar a UCR.

A 5 de abril de 1931, os candidatos radicais obtiveram enorme vitória sobre os conservadores, na Província de Buenos Aires.

O governo anulou as eleições, e entrou a partir daí em clara decadência, além de inaugurar nova era de fraudes eleitorais.

Fragilizado, o governo teve que convocar eleições presidenciais para novembro de 1931.

Para se garantir, o governo proibiu as candidaturas dos radicais.

Os grupos conservadores formaram com radicais antipersonalistas e o socialismo independente, a Concordância, cujos candidatos eram o General Agustín P. Justo e Julio Argentino Roca Fº.

De forma fraudulenta, derrotaram candidatos da chamada Aliança Civil, com a abstenção oficial da UCR.

O **Gal. Justo** governará de 1932 a 38, período em que aplicou violenta repressão aos setores de esquerda, e a chamada “fraude patriótica” para manter o controle político sobre as instituições, que se mantinham formalmente em funcionamento.

A corrupção foi outra marca desse período.

Em 1932, em plena crise mundial, o vice-presidente Roca assina um acordo com a Inglaterra - o **Pacto Roca-Runcinam** - em que ele se jactava de receber dos ingleses o mesmo tratamento que tinham as colônias britânicas em matéria comercial.

Em 1933, uma multidão incalculável acompanhou o enterro de Yrigoyen, numa clara demonstração popular contra o governo.

Justo sofria também a oposição de grupos nacionalistas, também de tendências fascistas, acusado de continuar permitindo as interferências imperialistas inglesas.

A Guerra Civil espanhola, iniciada em 1936, também dividiu profundamente os argentinos, estando no governo os principais simpatizantes do franquismo.

Ao final de seu governo, tratou de garantir a vitória, mais uma vez fraudulenta da Concordância.

Foram eleitos **Roberto M. Ortiz** e Ramón S. Castillo, como vice.

Ortiz governou de 1938 a 40.

Até que tentou livrar-se do esquema de Justo, restabelecendo eleições livres e limpas, fracassando, no entanto, no combate à corrupção.

Muito doente, renunciou em 1940, dando lugar ao vice, **Castillo**, que restabeleceu a fraude eleitoral e aprofundou a corrupção.

Castillo governou de 1940 a 43, período em que manteve a neutralidade argentina na II Guerra Mundial, seguindo o que havia feito Ortiz.

Entre dezembro de 41 e junho de 43, decretou o Estado de Sítio, que impedia a propaganda política dos partidos.

Em 1943, discutia-se a sucessão de Castillo, que com a morte do Gal. Justo – que seria o candidato natural dos conservadores – decide apoiar um senador conservador, da Província de Salta, magnata do setor açucareiro e americanófilo.

O exército não queria que se rompesse a neutralidade, sendo que muitos oficiais eram simpatizantes do Eixo.

Ocorre que, com a entrada dos Estados Unidos na Guerra, em dezembro de 1941, as pressões sobre os países latino-americanos para romperem com o Eixo, eram muito grandes.

Os americanos começaram a fornecer armamentos ao Chile e ao Brasil, o que levava os

militares argentinos à cada vez maior convicção de que tinham que desenvolver uma indústria autônoma, principalmente uma indústria de armamentos.

O sistema político estava debilitado, os cidadãos, sem perspectiva.

Este era o clima adequado para que se fizesse o segundo golpe militar da história argentina, o de 4 de julho de 1943.

Entre 1943 e 46, sucederam-se três presidentes, três generais: **Arturo RAWSON**, 4 a 7 de junho de 1943, **Pedro RAMÍREZ**, junho de 43 a fevereiro de 44 e **Edelmiro J. FARREL**, fevereiro de 44 a junho de 46.

O quarto já será outra história: Juan Domingo Perón.

O golpe de 1943 foi encabeçado por Rawson, mas fora arquitetado pelo GOU – **Grupo de Oficiais Unidos**.

O GOU era uma “loja”, espécie de grupo secreto militar, fundado em maio de 43, por militares que desejavam neutralizar os que fossem simpáticos aos Estados Unidos. Eram ainda, ferrenhos anticomunistas e pretendiam controlar os protestos sociais, como os que haviam ocorrido em 1º de maio daquele ano. Tinham forte influência do nacionalismo católico de direita, eram antiliberais e autoritários.

Ramírez conduziu seu governo nos marcos dessas concepções, tendo vários oficiais ligados ao GOU em vários postos do governo, entre eles, o jovem coronel Juan Domingo Perón, na Secretaria do Trabalho.

Em janeiro de 44, não conseguiu resistir à pressão norte-americana e rompeu relações com Alemanha e Japão. Em fevereiro, renunciou.

Assumiu o general Farrel, o terceiro presidente em oito meses.

Em março de 45, com o Eixo praticamente derrotado, declarou guerra à Alemanha, sem o que a Argentina não poderia ingressar na ONU.

Farrel nomeou Perón para o Departamento Nacional do Trabalho, transformado em Secretaria.

Começava aí a mais marcante carreira política da história argentina.

## A Ascensão de Perón

Perón se deu conta de importantes transformações sociais que vinham ocorrendo na Argentina naqueles anos.

A industrialização vinha avançando, ampliando-se assim a classe operária. Esta, por sua vez, era proveniente de migrações internas, do êxodo rural, eram os “**cabecitas negras**”.

A imigração européia havia sido drasticamente reduzida, e o contingente de operários estrangeiros, com tradição político-ideológica de esquerda – socialistas, comunistas, anarquistas – via-se minoritário no conjunto da classe operária.

Desta forma, Perón percebeu que a grande maioria dos trabalhadores, os “cabecitas negras”, não tinham qualquer tipo de organização, tampouco tinham aspirações ideológicas, mas aspirações de ascensão social, de recompensas materiais, de melhores salários e condições de trabalho.

Foi com essa lógica que conduziu sua gestão à frente da Secretaria do Trabalho: criou indenização por acidentes de trabalho, férias remuneradas, aposentadorias e pensões, e sancionou, ainda, o Estatuto do Peão, regulando as relações trabalhistas no campo.

Em suma, impulsionou o papel do Estado como interventor e árbitro nas relações entre patrões e empregados.

Aproximou-se de dirigentes sindicais não comunistas, ao mesmo tempo que convencia militares e empresários de que sua política era o melhor antídoto contra o comunismo.

Assim mesmo, entidades patronais se puseram contra a política social, e os partidos de oposição exigiam a volta do regime constitucional.

Em setembro de 1945, há uma grande manifestação oposicionista, Perón renuncia a 8 de outubro, e acaba preso na ilha de Martín García.

A 17 de outubro, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) convocou uma greve geral.

Contando com a cumplicidade do governo, da polícia e o chamado radiofônico de Eva Duarte, amante de Perón, milhares e milhares de trabalhadores, “cabecitas negras”, ou “**descamisados**”, confluíram para uma manifestação na Praça de Maio, onde está a sede do governo, a Casa Rosada.

Esse episódio é um marco na história argentina, sendo comemorado pelos peronistas como “**Dia da Lealdade**”, mas significando que, ao lado do exército, a classe operária ocupará, à partir daí, um papel de protagonismo no cenário político.

Após o 17 de outubro, Perón foi solto e ampliou seu peso político.

Marcaram-se eleições para 24 de fevereiro de 1946.

Perón formou o Partido Laborista, que obteve o apoio de uma dissidência da UCR, e de um pequeno partido conservador e nacionalista, o Partido Patriótico.

A chapa formou-se com Perón e Quijano, radical dissidente.

Contra Perón formou-se uma chapa da União Democrática, que reunia socialistas, radicais, comunistas, democratas progressistas e grupos conservadores.

Também a União Industrial e a Sociedade Rural, entidades patronais, e o secretário adjunto de Estado norte-americano, *Spruille BRADEN*, manifestaram seu apoio a Tamborini, candidato da União Democrática.

Perón obteve a vitória com 55% dos votos, tendo o apoio do Exército, da Igreja Católica e dos trabalhadores.

O Partido Laborista foi dissolvido por ordem de Perón, e, em 1947, formou-se o **Partido Peronista**.

Os dirigentes sindicais, que pensavam manter alguma autonomia, foram afastados. Tudo será estruturado com base na “**verticalidade**”, na obediência às ordens de Perón.

Perón governou até 1952, sendo reeleito, após modificar a Constituição, e foi derrubado em 1955.

Simpatizante de Mussolini, Perón estimulou a organização de todos os ramos da economia e da sociedade, para colocar-se como árbitro em suas disputas.

Consolidou sua base operária com uma política de redistribuição da renda, aumento significativo dos salários e aperfeiçoamento dos mecanismos de assistência social aos trabalhadores e aposentados.

Isso se completava com a ação de sua mulher, **Eva Perón**, a **Evita**, sob cujo comando estava a Fundação de Ajuda Social, mais conhecida como Fundação Eva Perón.

O Congresso Nacional teve reduzidas as suas competências, e o Poder Judiciário perdeu autonomia.

Perón controlava também os meios de comunicação, assim como as Universidades.

Eva Perón era apresentada como “dama da esperança”, “abandeirada dos humildes”, a “madona dos descamisados”.

A propaganda construía os mitos populistas de Perón e Evita.

Em 1947, foi sancionada a lei que dava direito de voto às mulheres.

Em 1949, modificou-se a Constituição de 1853, incorporando-se a ela os direitos sociais e a reeleição presidencial.

A essa altura, porém, a ênfase do governo recairá sobre a repressão, aliada à maior propaganda das figuras de Perón e Evita.

Acontece que as políticas de redistribuição de renda estavam se esgotando. O dinheiro que o país tinha acumulado, durante a II Guerra Mundial, estava se esgotando.

Sua postura terá que ser agora mais cautelosa em relação às finanças públicas.

Para as eleições de 1951, Perón tentou colocar Evita como sua vice, mas sofreu séria oposição do Exército, tendo mantido então a chapa com Quijano.

Dessa vez, o Partido Peronista obteve 62,49 % dos votos contra apenas 31,81% da UCR. O Peronismo ganhou em todas as províncias.

Mal se iniciava o novo mandato, e Perón perdia o seu mais forte elo com as massas. Evita morreu em 26 de julho de 1952, aos 32 anos de idade.

A força política do peronismo, com sua enorme penetração nas massas, obrigou todos os demais grupos e partidos a se redefinirem, a passarem por discussões e reorganização.

A própria Igreja Católica, que na Argentina é uma força ultra-conservadora, deu inicialmente apoio a Perón, até porque ele reintroduziu a obrigatoriedade do ensino religioso.

Todavia, passando a assistência social ao campo político, com a ação de Evita, a Igreja perdia um dos seus vínculos mais fortes com os pobres, passando a disputar espaço com o peronismo.

No segundo mandato de Perón, houve vários conflitos com a Igreja, sobretudo depois que ele legalizou os prostíbulos, estabeleceu o divórcio, equiparou filhos legítimos e ilegítimos, e eliminou a subvenção estatal ao ensino confessional.

A oposição explorava essas contradições, denunciando uma postura anti-cristã do governo.

Em junho de 55, a procissão de Corpus Christi foi transformada em grande manifestação de oposição. No dia 16, a Marinha bombardeia e metralha civis, concentrados em plena Praça de Maio.

A CGT convoca manifestação, e algumas igrejas do centro da cidade de Buenos Aires são incendiadas.

Em 16 de setembro, um levantamento militar na Província de Córdoba, comandado pelo General Eduardo Lonardi, recebe o apoio da Marinha.

No dia seguinte, 17 de setembro de 1955, Perón renuncia e se refugia na Embaixada do Paraguai.

Estava terminado, por um golpe militar, o segundo governo de Perón.

Passarão 18 anos até que ele volte ao poder.

### De Perón a Perón – 1955-73

O **General Lonardi** governou apenas de setembro até 13 de novembro de 1955.

Ocorre que ele representava uma tendência minoritária entre os que se opunham a Perón.

Lonardi era partidário de um *peronismo sem Perón*, ou seja, defendia muitos dos postulados políticos de Perón, sobretudo o nacionalismo, mas discordava de seu personalismo.

Com a renúncia de Lonardi, assumiu outro general, **Pedro Eugenio Aramburu**.

Este, prontamente desencadeou uma ofensiva contra o peronismo. Demitiu funcionários e proibiu qualquer menção ao regime anterior.

A imprensa não podia sequer citar os nomes de Evita e Perón.

Conspiradores militares peronistas foram fuzilados em junho de 1956.

O peronismo passou à luta clandestina e ilegal, e seguindo o chamado de Perón, passaram à fase da “*resistência peronista*”.

Houve um esforço especial de recuperar o controle do movimento sindical, conseguindo o comando de **62 organizações** sindicais ligadas à CGT, num total de 94.

Por outro lado, a UCR se dividia, mais uma vez, frente à postura a ser adotada em relação ao peronismo e à ditadura de Aramburu.

A posição que acabou sendo majoritária era liderada por Arturo Frondizi, que formou a União Cívica Radical Intransigente, que se aproximou do peronismo.

Em minoria acabou Ricardo Balbín, liderando a União Cívica Radical do Povo, que se aproximou de Aramburu.

Em 1957, convocaram-se eleições para uma Assembléia Constituinte, com a finalidade de reformar a Constituição de 1949, feita sob hegemonia peronista.

Excluídos do processo eleitoral, os peronistas pregaram o voto em branco, que foi superior ao dos grupos de Frondizi e Balbín juntos.

Os frondizistas se retiraram da Assembléia, e ela acabou sendo dissolvida sem cumprir com seus principais objetivos.

Em 21 de fevereiro de 1958, realizaram-se eleições presidenciais, vencidas por Frondizi, apoiado por Perón, com 49% dos votos, contra 29% de Ricardo Balbín.

**Frondizi** governou de 1958 a 1962, praticando aquilo que se convencionou chamar de “*desenvolvimentismo*”, semelhante ao que se passava no Brasil, com Juscelino Kubitschek.

Eleito com o discurso nacionalista e anti-imperialista do peronismo, fará um governo que buscará atrair o investimento de capitais estrangeiros.

Confiante na eficiência de seus postulados econômicos, descuidou das articulações políticas com os partidos e sindicatos, privilegiando seus contatos com as grandes corporações, com a Igreja e com os militares.

Em meados de 1959, nomeou Álvaro Alsogaray para o Ministério de Economia, que aplicará uma política liberal ortodoxa, fonte de cada vez maiores confrontos com os sindicatos.

Em política externa dava entusiástico apoio à política da *Aliança Para o Progresso*, do presidente Kennedy, mas, contraditoriamente havia se recusado a condenar o governo revolucionário cubano, liderado por Fidel Castro, e, em 1961, entrevistava-se com Che Guevara, em Punta del Este.

Isso aguçou a desconfiança dos militares, a essa altura completamente convertidos à chamada ***Doutrina da Segurança Nacional***, que fundamentava a postura anticomunista, difundida pelo governo dos Estados Unidos.

Frondizi acabou rompendo relações com Cuba.

Em 1962, em função de eleições para governadores de Província, dá marcha à ré em sua política liberal, voltando às políticas sociais do início de sua gestão, tentando ganhar apoio eleitoral.

Como estava forçado a manter a proscricção eleitoral do peronismo, acabou permitindo que pequenos partidos provinciais – na verdade legendas que mal disfarçavam seu caráter peronista – participassem do processo eleitoral.

O resultado foi o amplo triunfo do peronismo em várias províncias.

O governo, então, decreta intervenção em algumas províncias, para impedir a posse dos peronistas.

As eleições ocorreram em 18 de março, as intervenções, no dia 19. Tentou, em seguida, formar um governo de união nacional, mas não teve apoio dos partidos.

A União Cívica Radical do Povo exigiu a anulação das intervenções e a renúncia de Frondizi.

Em 28 de março, os comandantes militares exigiram a renúncia de Frondizi. Ante sua recusa, foi deposto e preso na ilha de Martin Garcia.

Sem ter uma proposta clara como alternativa a Frondizi, os militares optaram por entregar o governo ao presidente do Senado, **Dr. José Maria Guido**.

Guido não tinha autonomia. Tentou manter uma postura legalista, obediente à Constituição, mas foi forçado a intervir nas províncias em que os peronistas haviam vencido.

Acabou dominado totalmente pelo que se chama de "*gorilismo*", expressão que caracteriza os setores mais conservadores, antipopulares, pró-imperialistas.

Decretou a total proibição de participação política e da propaganda do peronismo.

Em seguida, em 3 de setembro de 62, limitou o direito de greve.

Em julho de 1963, realizaram-se eleições presidenciais, saindo vitorioso com apenas 26% dos votos o candidato da UCR do Povo, **Arturo Illia**. O ex-ditador Aramburu obteve 7% dos votos.

Perón e Frondizi chamaram o voto em branco.

Illia governará entre 1963 e 66, com franca minoria parlamentar.

Diante de uma pequena recuperação econômica, tratou de aumentar os salários. Assim mesmo, começou a sofrer sistemática oposição da CGT.

A confederação sindical era, àquela altura, controlada com Augusto Timoteo Vandor, que montara uma máquina para controlar o sindicalismo e obter influência política, visando a um "peronismo sem Perón".

Vandor aproximou-se dos militares em conspirações golpistas, aproximando-se também das entidades patronais, que atacavam o governo justamente pelas concessões que fazia aos trabalhadores.

Em 28 de julho de 1966, um novo golpe militar, encabeçado pelo **General Juan Carlos Onganía**, derrubou Illia.

Nova ditadura militar se instalava, agora sob o comando de Onganía, que ocuparia a presidência até 1970.

Onganía batizou seu governo de "*Revolução Argentina*", apoiado pela imprensa, pelo empresariado, e pela maioria dos partidos políticos, incluídos aí grupos peronistas, em especial os sindicatos, com um discreto e cauteloso apoio do próprio Perón.

Todavia, no exército, as divergências eram claras. Em torno de Onganía, estavam nacionalistas, corporativistas, e anticomunistas, sem contar empresários católicos provenientes das correntes ultraconservadoras dos chamados *Cursilhos da Cristandade*.

Outro bloco, liderado pelo general Lanusse, com grande apoio empresarial, era partidário das políticas econômicas liberais.

O bloco liberal acabou sendo hegemônico, ocupando todos os postos-chave, tanto no Exército quanto nos ministérios, em especial, na área econômica.

O único consenso estava em disciplinar a sociedade. Eram ambos favoráveis a um governo autoritário, fortemente anticomunista, baseado na Doutrina da Segurança Nacional.

As Universidades foram postas sob intervenção do governo. A censura se estabeleceu em todos os campos culturais, com incentivo da Igreja Católica.

No meio sindical, foram duramente reprimidos os protestos e perseguidos os líderes combativos.

A CGT se dividiu nas tendências participacionistas: uma liderada por Vandor, e outra combativa, encabeçada por Raimundo Ongaro.

Em 1968, começou a surgir uma tendência católica terceiomundista, baseada na Teologia da Libertação, fortemente influenciada pela figura do bispo brasileiro Dom Helder Câmara, que pregava a "opção preferencial pelos pobres".

Esse movimento aproximou jovens de classe média, das classes populares, e daí ao peronismo, vindo a formar sua ala radical, dando origem à *Juventude Peronista*.

Simultaneamente começam a se formar outros grupos guerrilheiros, inspirados no padre colombiano Camilo Torres, uns; no peronismo, outros; e outros ainda de caráter marxista.

Isso tudo se enquadra num clima revolucionário mundial, em que se destacam a morte de Che Guevara, na Bolívia, em 1967; a resistência vietnamita, os protestos estudantis de maio de 68, na França; a radicalização do movimento negro e os protestos contra a guerra, nos Estados Unidos.

Em 1969, o descontentamento de estudantes e operários era manifestado em grandes protestos em Corrientes e Rosário.

A repressão era violentíssima.

As 2 CGTs. convocaram uma greve geral para 30 de maio. Um dia antes, os cordobeses começaram manifestações de estudantes e operários, que tomaram todos os pontos principais da cidade.

As forças de repressão ficaram acudadas por 2 dias, só retomando o controle ao custo de 30 mortos, centenas de feridos e presos.

Esse episódio é conhecido como "Cordobazo", uma manifestação social sem precedentes.

Daí para diante, o governo Onganía perde sustentação social. A repressão, inclusive por métodos extralegais, com a aplicação maciça da tortura, não consegue frear o descontentamento popular e muito menos o crescente movimento guerrilheiro.

Esse, que começara com operações de pequena monta, protagoniza ações de impacto, como o assassinato do sindicalista Vandor, amigo da ditadura, e o seqüestro e morte do ex-ditador e general Pedro Eugênio Aramburu, em fins de maio de 1970. Esta última operação foi obra dos Montoneros, grupo guerrilheiro da esquerda peronista.

Se já não tinha o apoio do povo, Onganía perdeu o das elites e do Exército, por sua incapacidade de "disciplinar" a sociedade.

Em 8 de Junho de 1970, Onganía é derrubado pelos comandantes das Forças Armadas, sob orientação do general Lanusse.

O general **Marcelo Roberto Levingston** foi escolhido para ocupar a presidência da República.

Sem apoio e sem poder continuar a política econômica liberal de seu antecessor, tentou medidas econômicas levemente nacionalistas e distributivistas.

Não obteve, no entanto, o apoio dos sindicalistas e nem dos empresários.

Acenou com reformas constitucionais, sem fixar prazos para a normalização institucional.

A oposição retomou suas articulações para exigir eleições sem proscições.

As ações guerrilheiras intensificaram-se, pois, em especial os jovens, viam na violência revolucionária a única saída para suas aspirações.

O sindicalismo combativo ganhava força, principalmente em Córdoba.

Em resposta, o governador cordobés José Camilo Urriburu declarou arrogantemente que cortaria de uma só vez "a cabeça da víbora vermelha".

Conseqüência: o "Viborazo", uma reedição, em proporções um pouco menores, mas muito mais organizada, do Cordobazo.

Levingston foi derrubado, e a 23 de março de 1971, quem andava por detrás de tudo, o **General Alejandro Agustín Lanusse** assumiu, finalmente, a presidência.

Desde o início, Lanusse sabia que não tinha outra opção: convocar eleições gerais sem proscições.

Sem claras definições de política econômica, e com a piora de todos os índices sociais, não tinha como conter o descontentamento.

Sem conseguir conter a guerrilha, e apelando cada vez mais à violação dos direitos humanos, contra a oposição, guerrilheira ou não, o governo tenta uma saída política.

Tenta uma fórmula de deixar o poder ordenadamente, garantindo que os interesses econômicos que defendia, ou seja, os das elites, não fossem modificados por um futuro governo eleito pelo povo.

Mas, Perón não precisava aceitar qualquer compromisso, pois estava respaldado numa ampla movimentação de massas, fazendo ruir os planos de Lanusse de fazer um Grande Acordo Nacional (GAN).

Lanusse teve que desistir de ser candidato presidencial, mas cuidou de vetar que Perón também o fosse.

Habilmente, Perón aceita essa condição e faz uma curta visita ao país, em novembro de 1972, usada para constituir uma enorme aliança eleitoral em torno do peronismo, a Frente Justicialista de Libertação (FREJULI).

Em dezembro, a FREJULI lança a chapa **Héctor Cámpora**, para presidente, e para vice, o conservador Vicente Solano Lima.

Em 11 de março de 1973, Hector Cámpora era eleito com quase 50% dos votos, contra 21% de Ricardo Balbin, e proporções menores ainda para outros dois candidatos, entre eles, o herdeiro da ditadura, Francisco Manrique, com 15%.

Após 18 anos, o peronismo voltava ao poder, com a posse de Cámpora em 25 de maio de 1973.

A Praça de Maio estava outra vez superlotada, com a presença de milhares de jovens, empunhando as bandeiras das organizações armadas que haviam combatido a ditadura.

A solenidade oficial contou com a presença de importantes chefes de Estado, destacando-se os presidentes de Cuba e do Chile, Osvaldo Dórticos e Salvador Allende, respectivamente.

O ministério estaria constituído de representantes de todas as forças, de esquerda e de direita, que apoiavam o peronismo.

Entre estes últimos, o sinistro José Lopez Rega, conhecido como “El Brujo” (o bruxo), designado para o Ministério do Bem-Estar Social, a pedido do próprio Perón.

Cámpora tentou por em prática, sob a direção de seu ministro José Gelbard, da Fazenda, o chamado pacto social. Seria um acordo entre a CGT e a CGE, esta última representante do empresariado.

A política externa tornou-se independente com relação aos Estados Unidos, abrindo-se para países socialistas, como Cuba, Vietnã e China.

No entanto, dentro do governo, as tendências de direita e esquerda se engalfinhavam.

A esquerda logo foi afastada, e López Rega se encarrega de controlar todas as operações relativas ao retorno de Perón.

A 20 de junho de 1973, próximo ao Aeroporto de Ezeiza, da capital argentina, cerca de 1 milhão de jovens, mobilizados pelos Montoneros e pela Juventude Peronista, foram afastados à bala por franco-atiradores ligados a López Rega, do palanque de onde falaria Perón.

Por segurança, o avião de Perón acabou não pousando em Ezeiza.

A ofensiva contra os grupos de esquerda, e a ala esquerda do peronismo, será feita em todos os campos, do sindicalismo aos governos provinciais.

A 13 de julho de 1973, 49 dias após ter assumido, Cámpora renuncia, para abrir caminho à eleição de Perón.

O genro de Lopez Rega, **Raúl Lastiri**, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu após uma manobra para afastar o sucessor legal, o presidente do Senado.

Em 23 de setembro, Perón e sua mulher, Maria Estela Martinez (Isabelita, 42 anos), eram eleitos presidente e vice-presidente da República.

Obtiveram 61, 85 % dos votos, contra apenas 24,42 % de Balbín e seu vice, Fernando de la Rúa.

**18 ANOS E 10 PRESIDENTES DEPOIS... PERÓN ESTÁ DE VOLTA.**

Não chegou a 9 meses de duração esse 3º governo de Perón. Ele morreria em 1º de julho de 1974, aos 79 anos.

Enquanto governou, não teve sucesso em implementar o ‘pacto social’. Teve que intervir nas negociações entre patrões e empregados. Embora tivesse favorecido os trabalhadores, não os deixou satisfeitos.

No movimento peronista, tentou forçar os jovens a se disciplinarem, a aceitar a chamada “verticalidade”, que era a obediência às suas orientações.

Apoiou o afastamento de políticos da esquerda peronista nas províncias de Buenos Aires e Córdoba e, na concentração de 1º de maio, realizada na Praça de Maio, chamou de “imberbes” aos membros da JP, dizendo-lhes que deveriam disciplinar-se ou deixar o movimento. A praça se esvaziou...

Morto Perón, **Isabelita** assume, sem qualquer força política. Tinha inicialmente o aval de todo o parlamento, contudo Lopez Rega e o líder metalúrgico Lorenzo Miguel, que encabeçava as chamadas “62 organizações”, é que darão o tom de seu governo.

Interveio nas universidades e nos sindicatos combativos.

O descontentamento social aumentava, isolando Isabelita.

Quanto mais isolada mais poderes dava às Forças Armadas, especialmente para combater a guerrilha.

O empresariado aumentou sua oposição ao governo, levando ao fracasso novas tentativas de editar o “pacto social”.

Em 24 de março de 1976, mais uma vez, as Forças Armadas intervieram, derrubando o governo constitucional e assumindo o poder.

**De 1976 a 1983 haverá nova ditadura militar na Argentina.**

Só que desta vez, a violência ditatorial ultrapassará todos os limites.

A Junta Militar que tomou o poder era encabeçada pelo **tenente general Jorge Rafael Videla**, sendo composta ainda pelo Almirante Emilio Eduardo Massera e pelo Brigadeiro General Orlando Ramón Agosti.

Videla e seus sequazes transformaram o aparato de Estado em impressionante máquina terrorista.

Não haverá agora nenhuma noção de justiça, que não a das prisões, seqüestros, tortura e assassinatos ilegais dos opositores políticos, valendo até o seqüestro de crianças, filhas dos

presos para serem adotadas por militares, após o assassinato de seus pais.

Calcula-se em cerca de 30 mil mortos e desaparecidos, lançados ao mar ou às águas do Rio da Prata e enterrados em valas comuns, sem qualquer identificação, as vítimas da ditadura encabeçada por Videla.

Atualmente, estão sendo revelados os acordos entre as ditaduras da Argentina, Chile, Brasil e Paraguai, contemporâneas, para a troca e eliminação de opositores, numa operação chamada **“Condor”**.

Toda essa violência tinha, logicamente, o objetivo de implantar uma política econômica liberal, ou seja, garantir aos grandes empresários nacionais e estrangeiros, o máximo de lucros, sem protestos e movimentos reivindicativos.

No entanto, a ditadura tinha seus pontos fracos: a disputa despuorada pelo poder entre os militares, e a pressão interna e mundial pelo respeito aos direitos humanos: em 30 de abril de 77, nasceu o movimento das **“Mães da Praça de Maio”** e, em 13 de outubro de 80, o ativista pelos direitos humanos, Adolfo Pérez Esquivel, recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

O único momento de glória da ditadura ocorreu às custas de um investimento de 500 milhões de dólares para organizar e ganhar o campeonato mundial de futebol, em junho de 78.

O general **Roberto Viola** foi designado para substituir Videla, pelo período de março de 81 e março de 84.

Todavia, os tímidos movimentos de Viola no sentido de uma abertura política levaram ao seu afastamento em dezembro de 81.

Viola foi substituído pelo **General Leopoldo Fortunato Galtieri**.

Este afirmou, de cara, que “as urnas estão muito bem guardadas”.

Confiava na simpatia dos Estados Unidos, governado à época pelo presidente republicano, ultraconservador, Ronald Reagan.

Galtieri representara a Argentina nos Estados Unidos. As Forças Armadas Argentinas assessoravam os movimentos contra-revolucionários na América Central, a serviço dos Estados Unidos.

Com isso, pensou que contaria com o apoio norte-americano, ao tentar a aventura de retomar as Ilhas Malvinas, feita para desviar a atenção do descontentamento popular, já manifestado e duramente reprimido.

As Malvinas são ilhas reivindicadas pelos argentinos, mas dominadas pela Inglaterra desde o século XIX. Os ingleses as chamam de Falkland Islands.

A invasão argentina se deu a 2 de abril de 1982, e sua rendição ocorreu em 14 de junho.

No dia 17, Galtieri renunciou.

Foi substituído pelo **general Reinaldo Bignone**, cujo objetivo principal era uma retirada razoavelmente honrosa dos militares do poder, tentando evitar que o futuro governo eleito investigasse os crimes e a corrupção da ditadura.

Após reprimir manifestações massivas de oposição, Bignone marcou eleições para outubro de 1983.

Mais uma vez polarizaram-se as preferências entre a União Cívica Radical e o Peronismo.

### A volta de Democracia: 1983

Em 30 de outubro, o candidato radical, **Raúl Alfonsín**, obteve uma histórica vitória sobre o justicialismo, com 52% dos votos contra 40 % .

Também, pela primeira vez, milhares de jovens com suas respectivas bandeiras e cores, vermelhas do radicalismo, e azuis do peronismo, se abraçaram e se confraternizaram, no centro da capital portenha, no momento em que se anunciaram os resultados das eleições.

O governo de Alfonsín teve início a 10 de dezembro de 1983.

Propôs-se a passar a limpo a questão dos crimes da ditadura militar. Foi além do que pretendia, por pressão das organizações que lutavam pelos direitos humanos.

Já em 14 de dezembro, criou a *Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas*, sob a presidência do escritor **Ernesto Sábato**.

O governo impulsionou o julgamento dos comandantes das Forças Armadas.

Essas atitudes custaram-lhe muitas pressões das Forças Armadas, inclusive ameaças de golpes militares.

Um informe da Comissão, de 20 de setembro de 84, dizia: *“a ditadura havia produzido a maior tragédia de nossa história para alcançar a tenebrosa categoria de lesa humanidade” e que “havam sido pisoteados todos os princípios éticos das maiores religiões”*.

Outro aspecto do governo Alfonsín foi sua tentativa de resolver a crise econômica com um plano antiinflacionário, que se intitulou **“Plano Austral”**.

A moeda, o peso, foi substituído pelo Austral; os preços foram congelados e a inflação controlada, por algum tempo.

Esse plano serviu de base para um semelhante, adotado no Brasil, pelo presidente Sarney, o Plano Cruzado.

Com Sarney também, Alfonsín deu os primeiros passos para a criação do Mercosul.

Todavia, em seu último ano de governo, Alfonsín enfrentou a hiperinflação, no momento em que se desencadeava o processo eleitoral para sua sucessão.

O resultado foi a vitória do peronismo, ou pelo menos do partido que se apresentava sob sua bandeira.

O candidato peronista era **Carlos Saúl Menem**, que fez uma campanha baseada nos velhos postulados desse movimento: o nacionalismo, os direitos dos trabalhadores, empregos e salários elevados.

As eleições ocorreram a 14 de maio de 89, com uma vitória contundente de Menem.

A posse de Menem deveria ocorrer a 10 de dezembro, contudo, o agravamento da inflação e do custo de vida e conseqüentes protestos e saques, levaram Alfonsín a antecipar o término de seu mandato em quase 6 meses, passando o cargo a Menem, em 9 de julho de 1989.

Menem assumiu e fez tudo ao contrário do que prometera nas eleições.

Montou uma equipe de governo, adepta fervorosa do neoliberalismo, e passou a pôr em prática o receituário do FMI.

Privatizou tudo o que pode. Segurou os salários e modificou várias leis trabalhistas.

Por fim, quando Domingo Cavallo assumiu o ministério de Economia, criou um chamado plano de estabilização que equiparou o peso ao dólar, comprometendo-se a só emitir pesos quando tivesse o valor correspondente em dólares.

O resultado foi o fim da inflação, mas também foi o aumento do desemprego, a queda do salário real e uma enorme recessão.

Assim mesmo, a hiperinflação havia criado tal trauma na sociedade argentina que, mesmo tendo piorado as condições sociais da maioria da população, Menem foi reeleito.

Naturalmente, para ser reeleito ele teve antes que modificar a Constituição.

Tentou também pôr fim às discussões, investigações e punições relacionadas aos crimes da ditadura.

Negociou um perdão aos militares, fazendo o mesmo com alguns dos líderes da guerrilha, especialmente Mário Firmenich, que fora o principal líder dos Montoneros.

Reeleito, deu seqüência à sua política neoliberal, contando agora com as parcerias dos presidentes brasileiros Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

As exportações para o Brasil, via Mercosul, deram-lhe um bom fôlego, até que, após ter obtido a reeleição, Fernando Henrique parou de postergar a desvalorização do Real.

Diminuindo as exportações para o Brasil, o modelo argentino vem sendo pressionado a trilhar o mesmo caminho da desvalorização de sua moeda, ou caminhar pela total dolarização de sua economia.

Cansado do desemprego, mas temeroso da volta da inflação, e cansado também do estilo espalhafatoso e da corrupção do "menemenismo", o eleitorado argentino optou pelo estilo mais discreto de **Fernando de la Rúa**, da União Cívica Radical.

Falharam as manobras de Menem para conseguir um terceiro mandato.

De la Rúa não alterou o essencial do modelo econômico, o que indicaria que a mudança foi apenas de estilo pessoal de governo.

A sociedade argentina, em particular o seu movimento sindical, tem protestado, até aqui sem resultados.

# CUBA

Durante a colonização espanhola, Cuba tornou-se uma das mais importantes partes do domínio espanhol.

Embora a exploração econômica estivesse concentrada na mineração do México e do Peru, a posição geográfica de Cuba lhe conferia um importante papel estratégico, em especial para a navegação espanhola, nas regiões antilhana e caribenha.

À época em que se desencadeou o processo de Independência da América, nas duas primeiras décadas do século XIX, Cuba permaneceu como colônia espanhola.

Em 1818, a metrópole concedia permissão aos cubanos para vender açúcar aos Estados Unidos.

O século XIX assistirá, pois, a um crescente interesse e domínio norte-americano sobre a economia cubana.

Em 1880, 62% das exportações cubanas se destinavam aos EUA.

Muitos norte-americanos se estabeleceram em Cuba, tornando-se proprietários de inúmeros engenhos.

Por outro lado, os processos produtivos iam também se modernizando, assim como as fases de comercialização, financiamento, transportes.

Ademais, a imigração européia gerava trabalho assalariado, ao lado da escravidão negra. Em 1886, foi abolida a escravidão.

Antes disso, porém, a burguesia cubana estimulou a 1ª Guerra de Independência, entre 1868 e 78.

O fracasso do movimento, se deveu às contradições dessa mesma burguesia, por medo de que os setores populares que participavam do movimento, levassem à imediata libertação dos escravos.

Em 1895, desencadeou-se nova guerra de independência, liderada por veteranos da primeira, destacando-se os generais Máximo Gomez e Antonio Maceo, além do poeta José Martí.

Representavam anseios reformistas e nacionalistas da pequena burguesia.

As táticas guerrilheiras utilizadas e a simpatia e participação populares deixaram preocupados a burguesia cubana e os investidores americanos, que buscarão um pretexto para a intervenção militar dos Estados Unidos.

Os americanos nutriam por Cuba um enorme interesse, tanto pelo aspecto econômico, quanto pelo aspecto da posição estratégica para a navegação americana no Caribe e a proteção da Flórida.

Após intensa campanha da imprensa americana para preparar a opinião pública a apoiar a intervenção militar, foi criado o pretexto com a explosão, pretensamente por culpa dos espanhóis, do Couraçado Maine, no porto de Havana, tendo morrido 267 marinheiros dos Estados Unidos, em 1898.

Começa a guerra hispano-americana, que dura poucos meses.

Os espanhóis, derrotados, tiveram que assinar o Tratado de Paris, aceitando a independência de Cuba, e entregando aos EUA, Porto Rico e as Filipinas.

As tropas americanas passaram a ocupar Cuba de 1898 a 1902.

A Assembléia Constituinte Cubana, elaborou a Constituição, tendo que lhe acrescentar uma emenda aprovada pelo Congresso dos EUA, de autoria do senador Hithcock Platt que, entre outras coisas, permite aos americanos intervirem militarmente em Cuba, quando, a seu próprio critério, considerassem que a independência, a propriedade e a liberdade estivessem ameaçadas: é a Emenda Platt.

Entre 1902 e 1959, Cuba teve o que se chama de uma “República Mediatisada”.

Isso quer dizer que a maioria de seus governantes, tanto os eleitos quanto os ditadores, representavam a burguesia interna, subordinada sempre aos interesses dos Estados Unidos.

O primeiro presidente foi Tomás Estrada Palma (1902-06). Cedeu aos Estados Unidos, por 99 anos, a base de Guantânamo, até hoje ocupada.

O mesmo Palma, para combater a oposição liberal, solicitou a intervenção estadunidense, que durou de 1906 a 1909.

Essa submissão das elites cubanas à dominação estrangeira gerava forte sentimento nacionalista, que foi a base da revolta popular que derrubou o Ditador General Gerardo Machado (1925-33) e seu substituto escolhido pelos EUA, Carlos Machado Céspedes.

Nesse momento, estava se iniciando o governo de Roosevelt, nos EUA, que passava a manter, em relação à América Latina, a chamada “política da boa vizinhança”.

Abriu-se a brecha, pois, para que a vitória popular resultasse no governo do Dr. Ramón Grau San Martín, que revogou a Emenda Platt, criou o Ministério do Trabalho, estendeu o

direito de voto às mulheres e estabeleceu a autonomia universitária.

Nesse movimento, começou a aparecer a figura de um sargento, cedo promovido a coronel, com destacada participação na rebelião de 1933: Fulgêncio Batista.

Em 1940, fez-se uma nova constituição, houve libertação dos presos políticos e eleições presidenciais vencidas por Batista.

Em 1944 e 48, houve novas eleições presidenciais, mas os eleitos marcaram seus governos pela corrupção e violência.

Pouco antes das eleições de 1952, os americanos apoiaram um golpe militar liderado por Fulgêncio Batista.

A essa altura já havia surgido um movimento de características pequeno-burguesas, chamado Partido Ortodoxo, que, em suas pregações, enfatizava a crítica à corrupção, propostas de reformas sociais e o estabelecimento da democracia. Inspiravam-se nas idéias do poeta e herói nacional, José Martí.

Pouco tempo após o golpe de Batista, um jovem advogado chamado Fidel Castro, membro do Partido Ortodoxo, deu entrada no Tribunal de Exceção de Havana, e uma petição que pedia a derrubada do ditador por haver violado 6 artigos do Código de Defesa Social.

A 26 de Julho de 1953, Castro e outros jovens atacaram o forte Moncada, importante depósito de armas, para tentar derrubar o governo Batista.

Foi um fracasso, e Castro acabou preso com outros jovens, entre eles Raul Castro, seu irmão.

Em sua defesa, sabendo que seria logicamente condenado, concluiu sua fala dizendo aos juizes: "Podem me condenar, a história me absolverá".

O governo de Batista era uma ditadura das mais cruéis, perfeitamente inserida na Guerra Fria, mas era temperada por uma enorme rede de corrupção, estando Havana entregue à Máfia norte-americana, que explorava o jogo, o tráfico de drogas e a prostituição.

Em 1956, Batista quis dar uma cara de legalidade a seu governo preparando uma farsa eleitoral.

A oposição concorreu apenas para aproveitar a campanha eleitoral como meio de criticar o governo e pressionar pela democratização, ao mesmo tempo em que denunciava a farsa e a fraude e exigia anistia aos presos políticos.

A simpatia popular a essas propostas levou Batista a prometer anistia.

Em 1956, Batista elegeu-se, em pleito em que fora candidato único, mas Fidel e outros acabaram anistiados, indo refugiar-se no México.

Dali, naquele ano, Fidel, Raúl e um grupo de pouco mais de 100 homens, entre eles o médico argentino Ernesto "Che" Guevara, partiram em um velho iate, chamado Granma, para invadir Cuba, e iniciar a guerrilha em Sierra Maestra, para derrubar a ditadura de Batista.

O desembarque foi um desastre. Mas os poucos sobreviventes iniciaram assim mesmo um foco guerrilheiro.

Em pouco tempo, foram ganhando a confiança dos camponeses e, ampliando seus quadros, outros jovens estudantes das cidades aderiam à guerrilha ou ao apoio ao movimento.

No "reveillon" de 1959, Batista fugia do país. No dia 2 de janeiro, os "barbudos" entraram em Havana.

Entre 1959 e 61, haverá um impasse revolucionário.

Os guerrilheiros do Movimento 26 de Julho haviam derrubado a ditadura, mas haviam contado com a simpatia de muitos setores da sociedade, inclusive da burguesia liberal que havia rompido com Batista.

O governo provisório era encabeçado pelo Presidente Manuel Urrutia e pelo primeiro-ministro Miró Cardona, que eram liberais-reformistas.

Fidel chefiava o exército revolucionário, que prontamente dissolveu o exército regular e o aparato policial da ditadura.

Ocorre que a parcela liberal do governo não está de acordo, ou não tem a mesma urgência em aplicar o programa revolucionário dos guerrilheiros, em matéria de nacionalização de setores da economia, de reforma agrária etc.

Os Estados Unidos iniciaram prontamente as pressões contra as medidas nacionalistas e populares do governo revolucionário cubano e a imprensa americana fazia intensa campanha anticastrista. Atos de sabotagem eram também estimulados pelos norte-americanos.

Isto forçou Fidel Castro a definir-se pelo socialismo, e buscar a aliança da URSS.

Isto se fez, oficialmente, num discurso em 16 de abril de 1961, após a fracassada tentativa de cubanos exilados, armados pela CIA, em desembarcar em Praia Girón, na Baía dos Porcos.

Antes disso, o governo cubano havia criado, em maio de 59, o INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária), em outubro de 60, e restabelecera relações diplomáticas com a União Soviética em maio de 1960.